Operação Compliance Zero

Celular descoberto na cela do pai de Vorcaro

Henrique está preso numa penitenciária. E a casa que ele tem em um condomínio de luxo foi invadida — levaram até mesmo um relógio avaliado em R$ 1 milhão

» RENATO SOUZA

Revista realizada por policiais penais descobriu um aparelho celular na cela de Henrique Vorcaro, pai do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem (MG). A apreensão foi na segunda-feira, durante uma operação do Comando de Operações Penitenciárias Especiais (Cope). Na semana passada, a Segunda Turma do Supremo Tribunal federal (STF) negou que a detenção dele em regime fechado fosse convertida para domiciliar.

Henrique é investigado pela Polícia Federal pela suspeita de ser o chefe dos grupos "A Turma" e "Os Meninos", braços violentos do esquema do Banco Master. Eram os responsáveis por crimes de intimidação, coerção, obtenção de informações sigilosas e invasões a dispositivos informáticos. Dessa estrutura paralela, faziam parte milicianos, policiais federais aposentados e Luiz Phillipi Mourão, o "Sicário", que suicidou-se logo depois de ter sido preso pela PF.

O pai do dono do Master cumpre prisão preventiva e é também acusado de ocultação de patrimônio. A polícia não informou se foi identificada a forma de uso do celular apreendido — se para realizar ligações ou acessar a internet. A informação foi adiantada pela Rádio Itatiaia e confirmada pelo **Correio**.

Reprodução/Redes sociais

Henrique estaria no comando do núcleo violento do esquema do filho

As investigações apontam que Daniel pagou mesada de R$ 400 mil ao policial federal aposentado Marilson Roseno da Silva para ter acesso a informações sigilosas de investigações que corriam na corporação. Integrante da "Turma", ele teria cooptado agentes da ativa para obter informações sobre ações em curso. Entre os recrutados estão o agente Anderson Wander da Silva e a delegada Valéria Vieira, segundo relatório da PF remetido ao STF.

O relatório também aponta que Sebastião Monteiro Júnior e Francisco Pereira da Silva, que também estavam aposentados, juntaram-se ao grupo para acessar as informações privilegiadas. O dinheiro aos integrantes da PF, tanto da ativa quanto aos aposentados, seria repassado por Henrique Vorcaro.

Mas a descoberta de um celular na cela de Henrique Vorcaro não foi a única má notícia para o pai do ex-banqueiro. Ele teve a casa invadida, no condomínio de luxo Capitão do Mato, em Nova Lima, também na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Foram levados cartões de crédito, joias e relógios — um deles avaliado em cerca de R$ 1 milhão. O invasor, de 41 anos, foi preso horas depois após ser denunciado pela própria namorada. A ocorrência foi registrada por Aline Vorcaro, mãe do dono do Master.

DEPOIMENTO

Bolsonaro admite que mandou reparar arma

» IAGO MAC CORD
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O ex-presidente Jair Bolsonaro admitiu, ontem, que é dele a pistola apreendida em uma blitz da Lei Seca no dia 15 de junho e que tinha pedido para que fosse consertada. Em depoimento à Polícia Civil do Distrito Federal, em casa, ele reiterou o que afirmara ao Supremo Tribunal Federal (STF) e que pediu a um militar do Exército que faz a sua segurança que providenciasse o reparo na arma.

O depoimento, conduzido pelo delegado Thiago Boeing, da 17ª Delegacia de Polícia (DP), durou cerca de cinco minutos e foi acompanhado pelo advogado Paulo Cunha Bueno. A pistola estava com Estácio Leite da Silva Filho, integrante do Gabinete de Segurança Institucional.

Embora o registro no sistema do Exército esteja regular e no nome de Bolsonaro, a arma foi apreendida por falta do Certificado de Registro de Arma de Fogo no momento do transporte. Segundo Cunha Bueno, como a pistola pertence a Bolsonaro e não há ordem judicial de apreensão ou cancelamento de registro, deveria estar guardado na casa do ex-presidente.

"A arma era de sua propriedade, estava devidamente registrada e, tendo em vista que não houve determinação de cancelamento de seu registro e entrega da arma, deveria estar em seu endereço residencial. Em momento algum houve intuito de descumprir qualquer determinação legal", explicou Cunha Bueno, em publicação no X (antigo Twitter).

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson

Digimais, Master e a ameaça de um risco sistêmico silencioso

A Operação Miragem, deflagrada pela Polícia Federal (PF) contra o Banco Digimais, controlado pelo empresário e chefe religioso Edir Macedo, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, vai além do que seria mais um escândalo financeiro. As suspeitas de manipulação contábil, ocultação de prejuízos, superavaliação de ativos, venda de créditos sem lastro e transferência de riscos para terceiros revelam um padrão recorrente de comportamento em instituições financeiras de médio porte que trabalham com altas taxas de risco. Isso pode representar uma ameaça estrutural à estabilidade do sistema financeiro nacional.

Em termos de operações financeiras, o caso tem muita semelhança com o escândalo que levou à liquidação do Banco Master. Em ambos os episódios, as investigações apontam para o mesmo mecanismo de engenharia financeira. A utilização de carteiras de crédito de qualidade duvidosa para inflar artificialmente ativos, mascarar a situação patrimonial da instituição e sustentar uma aparência de solvência perante reguladores, investidores e depositantes, parece ser um modus operandi dessas instituições de gestão temerária.

Segundo a PF, administradores do Digimais teriam manipulado balanços para gerar receitas fictícias de centenas de milhões de reais, ocultando um patrimônio líquido negativo que já alcançaria a casa dos bilhões. O BC identificou operações que teriam permitido registrar ativos sem lastro adequado, além de lançamentos contábeis destinados a melhorar artificialmente os indicadores financeiros da instituição.

Além das possíveis infrações penais, chama atenção a repetição do modelo observado anteriormente no Master. Trata-se de um mecanismo que explora uma característica fundamental do sistema financeiro brasileiro, exatamente aquele que confere mais credibilidade ao nosso moderno sistema bancário: a proteção oferecida pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Criado para proteger poupadores e preservar a confiança no sistema financeiro, o FGC funciona como uma espécie de seguro coletivo dos depósitos bancários, o que ancora a superestrutura da nossa economia. Sua função é evitar corridas bancárias e impedir que a quebra de uma instituição contamine o restante do mercado. O problema surge quando gestores assumem riscos excessivos ou recorrem a práticas fraudulentas apostando que, em caso de colapso, parte significativa das perdas acabará absorvida pelo sistema garantidor.

Faltou controle

A PF sustenta que esse risco estava presente no caso do Digimais. Segundo a investigação, suas operações dependeriam de um aporte estimado em R$ 7 bilhões do FGC para cobrir deficits acumulados. Na avaliação dos investigadores, isso significaria socializar prejuízos produzidos por uma gestão potencialmente fraudulenta, enquanto controladores e administradores preservariam parcela relevante de seus patrimônios.

A lógica é semelhante à observada em crises bancárias internacionais, nas quais privatizam-se os lucros durante os períodos de expansão e socializam-se os prejuízos quando o modelo entra em colapso, como aconteceu com a crise do mercado imobiliário dos Estados Unidos. Há indícios de formação de uma cadeia de instituições conectadas por operações de cessão de crédito, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e estruturas de securitização, num ciranda financeira fraudulenta.

Após a liquidação do Master, descobriu-se que o Digimais mantinha exposição próxima de R$ 600 milhões a ativos vinculados àquele banco. A qualidade desses créditos passou a ser questionada pelos órgãos de supervisão. Essa interconexão aumenta o potencial de contágio. Quando uma instituição transfere carteiras problemáticas para fundos, investidores ou outros bancos, os riscos deixam de permanecer confinados ao seu balanço. Espalham-se pelo sistema financeiro como um todo.

Foi exatamente esse tipo de dinâmica que esteve na origem da crise financeira global de 2008. Nos EUA, hipotecas de baixa qualidade foram empacotadas, revendidas e pulverizadas por diversos agentes financeiros. Quando se descobriu que os ativos eram muito menos valiosos do que aparentavam, a confiança desapareceu simultaneamente em vários segmentos do mercado.

O Brasil está longe dessa escala. O sistema bancário nacional continua sólido, capitalizado e submetido a uma das regulações mais rigorosas do mundo. Entretanto, os episódios envolvendo Master, Digimais e outras instituições liquidadas nos últimos anos revelam vulnerabilidades importantes na supervisão de bancos médios e de estruturas financeiras menos transparentes.

Preocupante que essas operações contábeis tenham se acumulado sem que houvesse uma intervenção mais firme do Banco Central (BC), como ocorre agora. Isso engrossa os questionamentos de que a instituição estava vulnerável "desde dentro", como aconteceu no caso Master, com envolvimento de diretores da instituição responsáveis pela fiscalização do sistema. A credibilidade do sistema financeiro depende de supervisão eficiente, transparência contábil e responsabilização dos controladores. São pilares da institucionalidade da nossa economia.